

# Governo oferece alternativa de regularização

O trabalho de regularização dos pequenos abatedouros começou há nove anos, mas somente agora está surtindo efeitos práticos no DF. Antes da Constituição de 1988, somente o Ministério da Agricultura autorizava o funcionamento de abatedouros. As exigências eram tão grandes que obrigavam o interessado a gastar até R\$ 1 milhão para montar uma estrutura de acordo com as determinações do Ministério,

um gasto inviável para os pequenos produtores, que apelavam para a clandestinidade.

Com a Constituição, os estados ganharam autonomia para criar normas regionais e autorizar o funcionamento de pequenos matadouros, mas, até 1991, ninguém tomou qualquer providência neste sentido. O DF foi pioneiro. Até 1994, abriu oito pontos de abate regularizados. Mas parou por aí.

Somente em março do ano passado a Secretaria de Agricultura se voltou, novamente, para a questão. "Nós fizemos uma reunião com cerca de 50 produtores clandestinos de carne e oferecemos alternativas de regularização", conta Mardoqueu Gomes.

Da reunião saiu o primeiro projeto, o do abatedouro que foi inaugurado ontem. O proprietário, Vaídes Nunes, investiu R\$ 150 mil na

construção de uma estrutura com capacidade para produzir quatro vezes mais carnes de porco do que hoje. Sozinho, ele será capaz de abastecer com carne suína mais da metade dos açougues da Ceilândia.

Toda a produção será acompanhada por um profissional do Dipova, para garantir a qualidade da carne que será vendida. Depois de oito anos como clandestino, Vaídes agora passa a ser lí-

der de mercado.

Os planos da Secretaria de Agricultura incluem a inauguração de matadouros, como o de Vaídes, em todas as cidades satélites. Daqui a 30 dias será a vez de Samambaia, onde o consumo de carne clandestina é o segundo maior do DF. Depois Planaltina, Sobradinho e Brasília. "Quem insistir na clandestinidade simplesmente vai falir", afirma Mardoqueu Gomes. (V.F.)